



AMAZÔNIA:

conquistada e preservada como brasileira, por ações na sua interface com a Amazônia Azul

C Alte (RM1) Guilherme Mattos de Abreu

O Brasil nasceu do mar! Trata-se de uma afirmativa por demais óbvia. Todos sabemos que os nossos descobridores chegaram pelo mar. Mas é importante visualizar o fato histórico por um outro prisma. O Brasil é uma proeza histórica, fruto de um empreendimento para o qual não faltou visão de futuro, muito estudo, obstinação, sacrifício, fé e coragem ao longo de séculos.

Ao pesquisarmos a história das Grandes Navegações portuguesas, podemos colocar o início do processo no longo reinado de D. Diniz (1285-1324). O Rei, entre outras iniciativas, deu continuidade ao plantio dos pinhais em Leiria (ainda hoje existentes), iniciado por seu pai, D. Afonso III, com o propósito de proteger as plantações dos avanços das dunas, mas que – logo se verificou – poderiam ser utilizados como fonte de matéria-prima para a construção de embarcações. Criou uma Armada destinada a proteger a costa dos ataques dos piratas e organizou a construção naval e o ensino das técnicas de navegação e de táticas de luta no mar. O fato é que Portugal com muito menos poderia se contentar, mas escolheu perseguir a grandeza!

No século 16, o recém-descoberto Brasil logo despertou a cobiça estrangeira. O período colonial é permeado por confrontos frequentes, onde o mar sempre esteve presente, seja como cenário de luta ou como via para o apoio logístico das forças pelejando em terra. Desde então, toda a coerção de conteúdo militar exercida por



Batalha Naval de Abrolhos, de autoria de Juan de La Corte, elaborada para realçar a vitória de D. António Oquendo, comandante da Força luso-espanhola sobre as Forças holandesas do Almirante Pater, que morreu nesse combate (cópia existente no acervo da DPHDM).

alguma potência do norte foi conduzida a partir do mar, tendo como objetivo primeiro as comunicações marítimas e o litoral. Das incursões dos piratas e corsários no período colonial e no Império à crise denominada Guerra da Lagosta, passando pelas agressões isoladas promovidas pela Marinha britânica no século 19 e pelos ataques dos submarinos na 2ª Guerra Mundial, assim tem sido e não se prevê que seja diferente no porvir.

As providências luso-espanholas para recuperar Per-

nambuco dos holandeses, por exemplo, incluíram o envio de três esquadras ao Brasil. Na época, ocorreram grandes batalhas navais, como o Combate de Abrolhos, em 1631, e a Batalha Naval de 1640, no Nordeste, da qual participaram mais de uma centena de embarcações, considerando os navios de guerra e os de transporte de tropas escoltados. Por vezes, os combates contavam com o concurso dos indígenas, como ocorreria na Baía de Guanabara em 1567, ocasião em que índios formaram ao lado dos portugueses, reforçando a esquadra com embarcações a remo e contribuindo para a expulsão dos invasores.

Mas, em 1580, ocorreu um episódio marcante, que teria profundos reflexos na construção de nosso país: a União Ibérica. Em decorrência do falecimento do Rei D. Sebastião I (1578), sem deixar herdeiros diretos, Portugal e Espanha passaram a ter um único rei. Note-se que se configurou o que, em monarquias, denomina-se “*união pessoal*”, onde dois ou mais Estados são governados por um mesmo soberano, mas permanecem independentes.

Temos, como consequência, as invasões holandesas (visto que os inimigos de Espanha passaram a ser inimigos de Portugal) e o início da expansão territorial da colônia, pois, na prática, inibiram-se os entraves em se ultrapassar o limite estabelecido em Tordesilhas, que delimitava a fronteira com as possessões espanholas. Bandeirantes e entradistas, partindo principalmente de São Paulo, incursionaram pelo interior, em larga medida seguindo os cursos dos rios, estabelecendo estações de apoio, que evoluiriam para cidades e posições fortificadas. Algumas dessas últimas virariam fortes, ao longo da imensa região Centro-Oeste.

Nessa época, ocorreu um episódio relativamente pouco divulgado, a expedição de Pedro Teixeira, evento que dá início a uma história que liga a Amazônia Verde à Amazônia Azul. Em 1636, alguns padres e soldados espanhóis chegam a Belém, vindos do Equador, onde, atacados pelos índios Encabelados, fugiram por um caminho não usual, descendo o Rio Amazonas. Pediram auxílio ao Governador do Maranhão e Grão-Pará, Jacomé Raimundo de Noronha, que decidiu enviar uma expedição rio acima. Confiou o comando da empreitada a Pedro Teixeira - um militar português que, desde a campanha do Maranhão (1616), se destacara no combate a invasores holandeses, franceses, irlandeses e ingleses na região da foz do Amazonas. O Governador era um homem de visão e vislumbrara no episódio uma oportunidade para alargar o domínio português. Por iniciativa própria, deu or-

dens a Pedro Teixeira para que colocasse marcos em nome da coroa portuguesa na região a ser explorada.

São feitos como esses que, mais tarde, delineariam o contorno do Brasil. No século seguinte, o diplomata Alexandre de Gusmão, um brasileiro a serviço da Corte portuguesa, lideraria as negociações que levariam à assinatura do Tratado de Madrid (1750), no qual Portugal e Espanha redividiriam o mundo e teria como base o princípio do *uti possidetis*¹. Na América do Sul, as estações de apoio e fortificações implantadas pelos exploradores e os pontos assinalados por Pedro Teixeira serviriam como referência para a aplicação do *uti possidetis* no continente. O Tratado não durou muito, mas implantou o princípio que serviria como referência para os tratados subsequentes entre Portugal e Espanha.

Aqui vale um questionamento: ao longo de nossa história, muito se fala sobre a série de conflitos na região do Prata. As lutas no norte pouco aparecem. Como é que a Amazônia – equivalente à metade do território nacional – foi preservada como brasileira? A Amazônia brasileira foi preservada graças ao controle do acesso ao Rio Amazonas, por meio de fortificações em terra e de forças navais na região da foz e área marítima adjacente. A Marinha portuguesa, que já frequentava a região com regularidade, passou a ter unidades em caráter permanente na região a partir de 1728, quando foi criada a Divisão Naval do Norte, com sede em Belém, com a missão de controlar o acesso de navios ao Rio Amazonas.

Portanto, a Amazônia continuou brasileira porque se conseguiu controlar o seu acesso a partir do mar, ou seja, por ações em sua interface com a Amazônia Azul. Ainda



Mapa do Rio Amazonas feito em 1638 por Bento da Costa, que acompanhou a expedição do desbravador da Amazônia, Pedro Teixeira

¹ O princípio do *uti possidetis*, em síntese, estabelece que a terra deve pertencer a quem de fato a ocupa. Em troca de sua expansão na América do Sul, Portugal cedeu à Espanha possessões na Ásia.



Mapa das Cortes, elaborado em 1749, utilizado durante as negociações do Tratado de Madrid. Acervo Mapoteca do Itamaraty.

hoje, a despeito de o desenvolvimento tecnológico ter criado novas variáveis, o controle da foz do Rio Amazonas mostra-se vital para a proteção da região.

Como conclusão, enfatizam-se alguns aspectos relevantes. A conquista e a preservação da Amazônia como brasileira está intimamente ligada à atuação e à presença militar-naval portuguesa, penetrando nos rios, expulsando ou impedindo o estabelecimento de estrangeiros na região da foz e obstando o acesso à Bacia Amazônica. Proceder que teve continuidade após a Independência.

Note-se que o brasileiro Alexandre de Gusmão teria escazeados os seus argumentos para defender a Coroa portuguesa nas negociações que levaram ao Tratado de Madrid, não fosse a então mais que secular presença militar-naval na região, o que atesta a importância da ação de presença para respaldar os interesses nacionais e a política externa.

Uma vez que se fez uma breve menção à região platina, cabe registrar que existiu uma aparente incoerência entre a política luso-brasileira em relação ao Prata e ao Amazonas. O primeiro, buscou-se manter livre à navegação, que era vital para acesso à região Centro-Oeste. Ao mesmo tempo, restringia-se o acesso do estrangeiro à Bacia Amazônica, cuja navegação somente seria aberta a todas as bandeiras, por decreto, em 1866. A coerência existe e a motivação resume-se às palavras “interesse nacional”, o qual deve estar sempre a orientar as decisões dos cidadãos responsáveis. ■



Quando portugueses e espanhóis sentaram-se à mesa de negociações para discutir as cláusulas do Tratado de Madrid (1750), foram as estações de apoio e fortificações implantadas pelos exploradores e os pontos assinalados por Pedro Teixeira que serviriam como referência para a aplicação do *uti possidetis* no Continente.

A Amazônia brasileira seria preservada graças ao controle do acesso ao Rio Amazonas, por meio de fortificações em terra e de forças navais. Portanto, a Amazônia continuou brasileira por ações em sua interface com a *Amazônia Azul*.

No canto inferior direito, o encarte mostra 24 fortificações e afins, classificadas como fortes, fortins e vigias na Barra do Amazonas e proximidades, em uma moldura de tempo que engloba os séculos XVII, XVIII e XIX.

Montagem efetuada a partir das ilustrações 48 e 50 do volume 4 (*Mapas, Esquemas e Esboços*) da coleção *O Exército na História do Brasil*, acrescida de recorte da ilustração da página 48 do volume 1 (*Colônia*) da mesma coletânea. (*O Exército na História do Brasil. Biblioteca do Exército*. Ed. Rio de Janeiro – RJ. Odebrecht. Salvador - BA. 1998).

Referências

ABREU, Guilherme. A Amazônia Azul: o mar que nos pertence. Caderno de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n. 6, p. 17-66, mar. 2007.

ABREU, Guilherme. A Defesa como Instrumento da Política Externa. Caderno de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, n. 2, p. 38-66, set. 2021.